

O CONCEITO DE COMPETÊNCIA E SUA INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO¹

THE CONCEPT OF COMPETENCE AND ITS INSERTION IN EDUCATION

Clarice Rosa Machado²

Diego Carlos Zanella³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é levantar pressupostos teóricos do conceito de competência a fim de entender sua recorrência na educação. Para tanto, apresentamos como o conceito surge e se amplia constituindo-se como objeto de debate e estudo bastante intenso na área educacional. A partir disso, refletiremos sobre os efeitos das políticas públicas do neoliberalismo, enquanto corrente filosófica, política e econômica, nas práticas de ensino. Não se tem o intuito de corroborar com o posicionamento de algum autor ou assumir uma posição para a adoção de um modelo de formação baseado em competências, mas pensar a ênfase no ensino de competências para a compreensão da produtividade dessas ações atualmente. A revisão nos permitiu perceber que apesar de todas as discussões construídas em relação a esta temática no âmbito educacional, ela ainda se configura como um horizonte de muitas indagações.

Palavras-chave: educação; habilidades; neoliberalismo; políticas públicas.

ABSTRACT

The objective of this work is to raise theoretical assumptions of the concept of competence in order to understand its recurrence in education. To this end, we present how the concept arises and expands constituting itself as an object of debate and very intense study in the educational area. From this, we will reflect on the effects of the public policies of neoliberalism, as a philosophical, political and economic current, in teaching practices. It is not intended to corroborate the position of any author or to assume a position for the adoption of a competency-based training model, but think the emphasis on teaching competencies to understand the productivity of these actions today. The review allowed us to realize that despite all the discussions built in relation to this theme in the educational field, it is still configured as a horizon of many questions.

Keywords: education; abilities; neoliberalism; public politic.

1 Artigo relacionado à dissertação de Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens pela Universidade Franciscana (UFN) e licenciada em Filosofia pela mesma universidade. E-mail: clarice.r.machado@gmail.com.

3 Doutor em Filosofia e mestre em Bioética. Professor de Filosofia, Bioética e Humanidades da Universidade Franciscana (UFN), coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens (PPGEHL), membro do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) e da Comissão de Ética nos Uso de Animais (CEUA). Membro da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB). E-mail: diego.zanella@gmail.com.

INTRODUÇÃO

As diferentes mudanças que estão sendo produzidas no mundo com a globalização do mundo do trabalho e do desenvolvimento tecnológico provocam transtorno e desconcerto no que diz respeito às expectativas profissionais e pessoais dos seres humanos. No meio dessa crise, o que prevalece é a lógica do capital acima das necessidades das pessoas, o que possibilita pensar a emergência de formar pessoas capazes de tomar decisões de maneira consciente. Por conta disso, se faz necessário pensar as consequências dessas mudanças nos sistemas de ensino, tendo em vista que é por meio da educação que os sujeitos são formados e preparados para viver em sociedade.

Estabelecer questionamentos sobre a função da escola, o sentido do ensino, a relação com os saberes e com a utilização destes no cotidiano dos estudantes, é uma atividade que vem sendo desenvolvida desde os primórdios da escola, em especial quando se busca transcender a instrução básica e a divisão de turmas por classes e hierarquia. Em função disso, há uma reconstrução dos conjuntos de normas que regem a escola, priorizando o ensino de competências. Em razão disso, este trabalho tem como objetivo levantar pressupostos teóricos do conceito de competência a fim de entender sua recorrência na educação.

A fundamentação da competência não pode ser reduzida ao conhecimento simplificado e distintos dos saberes, mas se apresenta como uma necessidade da integração dos saberes disciplinares e de habilidades para uma abordagem interdisciplinar de diferentes áreas e dos seus respectivos componentes.

Para isso, o texto encontra-se dividido em cinco partes, sendo a primeira esta introdução. Na segunda apresentamos o conceito de competências desde sua origem até sua emergência na área educacional, uma ação mais enfatizada a partir da Base Nacional Comum Curricular. A terceira expomos as implicações da vertente neoliberal na educação. A quarta parte verificamos a aplicação da noção de competência na educação por meio das práticas de ensino. E por fim, as considerações finais.

O CONCEITO DE COMPETÊNCIA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

O conceito de competência tem uma história recente, sendo apresentado pela primeira vez em 1973, em um momento de diversas alterações nos modelos organizacionais, por David McClelland, “na busca de uma abordagem mais efetiva que os testes de inteligência nos processos de escolha de pessoas para as organizações” (Fischer; Dutra; Nakata; Ruas, 2010, p. 31).

Ao longo dos últimos anos, o conceito foi ampliado e emergiram múltiplos significados de acordo com as diferentes instâncias em que foram elaborados. Nessa perspectiva, Philippe Perrenoud (1999) ressalta que não existe uma definição clara e partilhada de competência, porém, há algo comum entre esses diferentes significados, a saber, de atender aos interesses do sistema neoliberal. Junto a isso, “conceitos como utilização eficiente de recursos, que podem ser de ordem teórica, social ou técnica e experiência contextualizada, são bastante comuns em quase todas as definições que se encontram” (Miguel; Tomazetti, 2013, p. 44).

De acordo com Dutra, Fleury e Ruas (2010), embora o conceito de competência tenha sua gênese no campo empresarial, no mundo da organização do trabalho, ele é aplicado ao campo educacional,

com o objetivo de solucionar a limitação da educação tradicional (Zabala; Arnau, 2010). As afirmações desses autores, nos permite propor algumas questões: Qual é a limitação da educação tradicional, que faz com que seja necessário recorrer a um conceito criado em um campo empresarial para solucioná-la? Será que o modelo de ensino baseado em competências pode realmente solucionar algum problema do ensino até então predominante? Quais as características que o torna mais eficaz do que o modelo tradicional? Quais as “verdades” produzidas nos discursos acerca da competência que influenciam a aderência deste termo na área educacional? Quem são os sujeitos a favor e contra este entrecruzamento? Quais suas áreas de formação?

Os questionamentos podem não fazer sentido, em um primeiro momento, especialmente as últimas questões, mas é importante lembrar que somos seres influenciados pelo nosso entorno. Então, conforme nossa formação, os espaços que frequentamos, o que lemos e com quem conversamos, nossas experiências, essas trocas nos afetam, ainda que inconscientemente, e, essa influência molda nossa maneira de ser, de pensar e de agir (Dewey, 1954; 1976; Vigotsky, 2007).

Segundo Perrenoud, não é estranho que os sistemas educacionais se interessem pelo desenvolvimento de competências, tendo em vista que elas são o fundamento da flexibilidade dos sistemas e das relações sociais (1999). No entanto, o que significa essa flexibilização dos sistemas e das relações sociais, no contexto educativo? O que vai mudar, nos sistemas de ensino, com a inserção de competências nos currículos escolares?

A Base Nacional Comum Curricular, documento normativo que define algumas aprendizagens essenciais a todos os alunos ao longo da Educação Básica brasileira (Brasil, 2018), não explica as consequências dessa alteração nos currículos escolares. Nos últimos cinco anos a BNCC foi pauta dos mais importantes debates no âmbito da educação no país. Ela está organizada e fundamentada em direitos de aprendizagem e desenvolvimento materializadas por dez competências gerais, na esfera pedagógica (Brasil, 2018). Por provocar essas discussões na área educacional e possuir a noção de competência como fundamento teórico, ela mostrou-se necessária para compor o material empírico que foi investigado na pesquisa. Inicialmente, iremos apresentar alguns distanciamentos entre os termos habilidade e competência para posteriormente analisar nossa proposição de que a noção de competência é o fundamento teórico da BNCC.

Na leitura, podemos inferir que uma compreensão utilizada, largamente no documento, é a de que um conjunto de habilidades formam uma competência. Entretanto, há algumas dúvidas em relação ao termo competência e habilidade, por exemplo, o que significa falar em habilidade e competência? Como verificar quando algo é uma habilidade ou uma competência? Eles podem ser utilizados como sinônimos?

Antoni Zabala e Laia Arnau (2010) concebem a habilidade como sendo a capacidade que um sujeito adquire para desempenhar uma determinada função, ou seja, ela é aprendida por meio de um treinamento. A BNCC define que as habilidades “expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares” (Brasil, 2018, p. 29). Essas concepções nos permitiram inferir que a habilidade é uma capacidade aprendida através de uma prática para obter um resultado desejado, tornando, durante o processo de treinamento, a pessoa apta para proceder diante de determinada tarefa.

Para exemplificar, vamos pensar em algo do cotidiano como dirigir um carro. Você pode ou não ter habilidades para ligar o carro sem deixar o motor morrer, mudar a marcha no tempo certo, estacionar e realizar outras ações. Todas essas técnicas individuais, podem ser aprendidas, treinadas e aperfeiçoadas de modo que se tornem praticamente automáticas na hora de realizar a tarefa de dirigir o carro.

No que se refere a competência, Zabala e Arnau (2010) compreendem como sendo a união de todas essas habilidades aprendidas e a mobilização dos conhecimentos para identificar o que qualquer sujeito precisa para solucionar os problemas aos quais será exposto ao longo da vida. Assim, a competência envolve raciocínio, processos cognitivos, valores pessoais, julgamento e comunicação, aplicados na resolução de diferentes tipos de problemas. Ou seja, são um conjunto de habilidades e conhecimentos relacionados que permite a uma pessoa atuar de modo eficiente em determinado contexto. Nesta consonância, Joel Dutra, Maria Fleury e Roberto Ruas (2010) argumentam que competência não é um estado, conhecimento ou resultado de treinamento, mas a mobilização de conhecimentos e experiências para solucionar problemas e demandas do meio em que as pessoas se inserem.

Voltamos ao exemplo anterior, ao reunir as habilidades necessárias para a ação de dirigir, você pode ir às ruas onde passará por diversas situações, tais como, outro carro pode te fechar, a chuva pode dificultar sua direção ou um acidente, situações essas que lhe exigirão a capacidade de lidar com problemas diferentes. Para sair dessas situações, você precisará utilizar o conjunto de habilidades que possui, certo? E quando você precisa de um conjunto de habilidades para resolver uma situação, isto é, quando lhe é exigida a capacidade de coordenar as técnicas aprendidas, surge então a competência.

Todavia, não temos o intuito de afirmar se competência é mais importante que habilidade ou vice-versa. Tanto as competências quanto as habilidades são importantes para realizar atividades de modo eficiente, porém, alguém mais competente pode ser mais qualificado em determinadas situações, do que alguém muito habilidoso. Em outros termos, para ter competência é preciso ter habilidades, mas também uma capacidade maior para apresentar soluções dentro de um contexto novo e adverso.

Os contornos e direcionamentos apontados nos argumentos de Dutra, Fleury e Ruas (2010), Zabala e Arnau (2010) e Perrenoud (1999) acerca do conceito de competência, podem ser evidenciados nos marcos legais (Brasil, 2018, p. 10-12) que embasam a BNCC e nos fundamentos pedagógicos (Brasil, 2018, p. 13-14) na introdução. Embora o sentido de competência não seja o mesmo em todos os documentos, eles mostram a preocupação com o desenvolvimento de competências.

O primeiro marco legal refere-se à Constituição Federal de 1988 que determina a educação como um direito de todos que deve visar “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). O enfoque nas competências é fortalecido com o Artigo 9º, no Inciso IV, da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional o qual afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (Brasil, 1996). Uma alteração da LDB em 2017, que a BNCC também contemplou e que reitera a adoção de um modelo de educação baseado em competências, foi a Lei nº 13.415 no Artigo 36º, parágrafo 1º que salienta a organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (Brasil, 2017).

A partir destes marcos legais que fundamentam a BNCC, percebe-se que o ensino de competências está presente desde a CF/88, apenas não era denominado como competência, mas já havia uma preocupação com o desenvolvimento da pessoa e sua qualificação para o trabalho. Com a Lei nº 9.394/96 é que o termo competência passa a ser utilizado nos documentos sobre a educação.

Na sequência, buscamos expor as consequências do neoliberalismo na escola e como este sistema influenciou na adoção de um modelo de educação baseado em competências.

A VERTENTE NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO

A educação é um segmento essencial da vida do ser humano e da sociedade, sem a qual não seria possível a aquisição e transmissão da cultura, “pois pela educação é que a cultura sobrevive no espírito humano” (Luzuriaga, 1990, p. 2). Apesar da educação ser elemento fundamental e permanente na vida individual e social dos seres humanos, ela não se sucedeu sempre do mesmo modo, mas foi variando conforme as pretensões de cada povo e as emergências de seu tempo. Depreende-se, portanto, que a história da educação não é exclusivamente um produto do pensamento e de ações dos que se encontram na esfera educacional, mas é produzida por fatores históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos que influenciam a forma como a própria educação se organiza.

Ao longo das últimas décadas houve a produção e a expansão do neoliberalismo como organização econômica e forma de governo. Essa nova conjuntura político-econômica se aprofundou, conforme consenso de muitos teóricos, a partir da década de 1990, mediante a privatização de empresas públicas, a descentralização e a redução do Estado como protagonista e organizador da vida social para dar espaço à lógica do mercado (Apple, 1996; Laval, 2004; Ahlert, 2005). Deste modo, há um deslocamento de responsabilidade da garantia do acesso à cultura e à educação, que deixa de ser função do Estado, passa a ser uma busca individual e, portanto, privada. Nessa direção, busca-se pensar os efeitos das políticas públicas do neoliberalismo - enquanto corrente filosófica, política e econômica - na educação. Isso porque, essas políticas públicas neoliberais converteram a educação em uma solução para todos os problemas, desde que esta seja considerada não mais como um direito, mas um serviço, um produto a ser comercializado (Laval, 2004).

Alvori Ahlert (2005) alega que as políticas públicas do sistema neoliberal levaram historicamente para a exclusão social, a má distribuição de renda entre a população, o desemprego, a fragmentação das relações humanas, egocentrismo, a negação do outro, alterações na educação, privatização entre outros. Percebe-se um processo estritamente excludente dos grupos marginalizados dentro da sociedade, acentuando ainda mais as desigualdades sociais. Assim, essas políticas têm consequências prejudiciais para o futuro da democracia, dentre essas, pode-se identificar: i) a perda da equidade, da justiça social e econômica; ii) a perda da democracia e da responsabilidade democrática; iii) a perda de pensamento crítico (Laval, 2004; Nussbaum, 2015; Hoffman; Morais; Romaguera, 2019).

A partir dessas consequências, a sociedade contemporânea encontra-se imersa em uma descontinuidade do projeto de formação humana, na condição de sujeito ativo, crítico, empático, sociável e democrático para uma intensificação do esvaziamento do sujeito, cada vez mais individual, em uma busca interminável de gozo pelas mercadorias disponíveis. Assim, “esse novo ser humano tem sua humanidade

esfacelada em meio a um “real imaginário” que subverte a lógica da condição humana, na lógica da condição de consumo - e de ser consumido” (Hoffman; Morais; Romaguera, 2019, p. 258), e isso é também decorrência da influência das políticas públicas neoliberais na educação.

[...] com base na teoria do capital humano, uma concepção de educação que tem como norte o investimento pessoal produtivo visando dar conta da competitividade econômica em escala global e do rendimento individual. Nessa teoria, sustentáculo da nova ordem educacional mundial, o capital humano é concebido fundamentalmente como um bem privado, concernente aos conhecimentos que podem ser valorados economicamente e incorporados aos indivíduos, bem este alicerçado em seus conhecimentos, qualificações, competências e características individuais (Cenci, 2019, p. 306).

Assim, na cultura de mercado, a educação passa a ser um fator de atratividade dos capitais e um indicador de competitividade de um sistema econômico e social, devido as estratégias globais das empresas e das organizações internacionais. Deixa de constituir-se em ambiente de democratização da cultura e passa a ser considerada como um bem de capital privado, maximizando os interesses daqueles que compram os produtos, seus “clientes”. De acordo com Laval trata-se “de retirar a educação da esfera pública, regida pela autoridade política, para confiá-la inteiramente ao mercado” (2004, p. 99).

Demarca-se desta maneira que o crescimento econômico está nas mãos de poucos, a serviço da elite e de corporações internacionais e contra a grande maioria da sociedade, sustentada, sobretudo, nos “jogos de poder econômico nos quais as vidas humanas são meras peças” (Tiburi, 2019, p.17). Nessa perspectiva, se vê o outro como um objeto, um instrumento ou obstáculo aos projetos individuais, isto é, as relações sociais que imperam são baseadas no interesse, meramente utilitárias e manipuladoras. A ideologia dessa nova ordem mundial, concebe a pessoa como recurso humano e um consumidor a ser satisfeito pelo produto, no caso, a educação, tendo em vista a formação de sujeitos capazes de se adequarem, no que tange aos conhecimentos, técnicas e competências, às novas exigências que emergem em um contexto que se reestrutura continuamente.

A expansão educacional sob a perspectiva do neoliberalismo tem disseminado a formação mínima, que instrumentaliza a maior parte da classe trabalhadora, e especializa parte dela para suprir as necessidades produtivas, e paralelamente a esta realidade existe a educação da e para a elite que, abrigada no sistema privado de ensino, não abre mão dos conteúdos e das “cargas pesadas” de conhecimento (Basso; Neto, 2014, p. 7).

A consequência disso é que as escolas, principalmente as públicas, estão sendo obrigadas a descartar conhecimentos historicamente construídos, como por exemplo, as disciplinas humanas, para se adequar a esse modelo. Sendo assim, há a banalização da necessidade de uma formação integral de sujeitos autônomos, capazes de transformar os conhecimentos e a realidade, em prol de uma educação mecanicista e tecnológica para se manter no mercado competitivo e que visa apenas ao lucro.

Martha Nussbaum (2015), demonstra sua preocupação com esse incentivo ao lucro e o descarte de outras competências ligadas às humanidades que também são igualmente decisivas para as democracias para

o desenvolvimento do país e a promoção de ambientes responsáveis. As competências humanas, podemos dizer que são aquelas relacionadas ao aspecto criativo, construtivo e imaginativo dos seres humanos que fomentam o raciocínio crítico rigoroso, o pensar criticamente, o sentir, o transcender aos compromissos locais abordando questões de cunho mundial, a empatia, a solidariedade, a imaginação, o raciocínio lógico.

Sem as competências humanas não é possível que uma sociedade seja lucrativa, por exemplo, onde a imaginação é desenvolvida? Ela é desenvolvida nas aulas de Artes, de Filosofia quando se pensa em outras soluções de problemas. E sem a imaginação não há desenvolvimento tecnológico, a sociedade continuará a reproduzir o que já existe ou a importar mercadorias.

Neste viés, Alfredo Veiga-Neto (2013, p. 26) justifica que a passagem desses modelos ocorre porque no sistema neoliberal, a liberdade de mercado é constantemente produzida e exercida sobre forma de competição global, e por esse motivo, a escola é “uma instituição do maior interesse” para esse sistema, já que esses processos econômicos de competição precisam ser “ensinados, governados, regulados, dirigidos e controlados”. Para se manter parte desse mercado competitivo global os administradores públicos precisam investir em um modelo de educação mecanicista e tecnológica. Assim, as políticas públicas do sistema neoliberal orientam para alterar os currículos e eliminar os elementos “inúteis” e competências supérfluas que atrasam a geração de lucro.

Neste segmento, percebemos que as políticas públicas, no modelo neoliberal, são orientadas para o mercado. A influência do neoliberalismo, enquanto organização econômica, têm aprofundado as desigualdades sociais e diminuindo os investimentos em bens sociais como a educação. Por isso, a função da educação vai além de uma formação cidadã, ela prepara as pessoas para o mundo do trabalho, o que é essencial para uma vida de sentido. Assim, a educação, entendida como um bem social que permite que os sujeitos se apropriem das práticas sociais, tenham acesso ao conhecimento e uma formação integral do ser humano, não pode ser reduzida a uma mera auxiliar no processo de desenvolvimento econômico e tecnológico.

COMPETÊNCIA NA ESCOLA E AS PRÁTICAS DE ENSINO

A reforma do ensino e o atual debate sobre a escola levam a questões teóricas de fundo, notadamente sobre a natureza e a gênese da capacidade do ser humano de enfrentar situações inéditas, para dar-lhes um significado e para agir com discernimento (Perrenoud, 1999, p. 16).

Instigados pela proposição em epígrafe, nosso intento ao longo desta seção é discutir brevemente a inserção da abordagem de competência na área educacional enfatizando algumas implicações nas práticas de ensino. Dando início a tais discussões, chamamos a atenção para a ideia de que a introdução de competências na escola pode representar uma contribuição para a melhoria do ensino, sendo essa ideia recorrente nos discursos a favor da abordagem de competência. Entretanto, como não temos o objetivo de tornar ou tomar essa ideia como uma verdade absoluta e considerando que os discursos moldam nosso pensamento, nosso modo de agir e como afirma Veiga-Neto, “moldam nossa maneira de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele” (2011, p. 93), formula-se o questionamento de: qual seria a contribuição da abordagem de competência para a melhoria do ensino?

Essa introdução do ensino baseado em competência na escola é uma consequência do processo de reforma curriculares que a educação vem vivenciando nos últimos anos. A transformação constante das práticas docentes de modelos conteudistas para abordagens mais ativas e com aprendizagens significativas para os estudantes são exemplos dessas reformas. De acordo com Perrenoud (1999), esse debate oscila entre os paradigmas de ensinar conhecimentos e de desenvolver competências que se caracterizam como o centro das contradições da escola.

Zabala e Arnau defendem que a finalidade primordial da escola deve consistir no pleno desenvolvimento da pessoa, ou seja, no seu desenvolvimento “pessoal, interpessoal, social e profissional, superando a função propedêutica e seletiva do ensino tradicional” (2010, p. 22), para que este seja capaz de responder aos problemas que surgirem durante a vida. Nesse segmento, no artigo 205 da CF/88 determina que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

O termo competência na educação implica em “mobilizar conhecimentos dos quais grande parte é e continuará sendo de ordem disciplinar”, não haverá a renúncia das disciplinas como alguns temem (Perrenoud, 1999, p. 40). A abordagem das competências é um processo contínuo, sensível às diferenças, em que os alunos são colocados em situações que aprendem fazendo e refletindo sobre os obstáculos. Perrenoud (1999, p. 57) salienta que “um estudante será levado a construir competências de alto nível somente confrontando-se, regular e intensamente, com problemas numerosos, complexos e realistas, que mobilizem diversos tipos de recursos cognitivos”.

Para auxiliar no entendimento das competências na educação, tem-se atualmente a BNCC na qual estão previstas competências específicas para cada componente curricular consubstanciadas pelas dez competências gerais que são imprescindíveis para a formação integral de cidadãos e que precisam ser adquiridas no decorrer de toda a educação básica (Brasil, 2018). A BNCC define competência como “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p. 8).

Quadro 1 - Competências Gerais da BNCC.

1	Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2	Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3	Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4	Utilizar diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital -, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6	Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: BNCC (Brasil, 2018, p. 9-10)

Ao definir as dez competências, a BNCC assegura algumas habilidades que a educação deve proporcionar aos sujeitos, as quais são: i) estimular ações de acolhimento, reconhecimento e pleno desenvolvimento da pessoa; ii) promover valores que tornem a sociedade justa, inclusiva e sensível à diversidade e iii) formar sujeitos capazes de resolver problemas reais com autonomia. Isso mostra que não adianta que os estudantes tenham conhecimentos básicos das teorias, mas que a escola precisa se preocupar com o desenvolvimento de valores humanos para que uns respeitem aos outros, independentemente das diversidades, e que sejam capazes de utilizar as teorias para solucionar problemas da vida extraescolar.

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho) [...] (Brasil, 2018, p. 13).

Em conformidade com o que a BNCC regulamenta, pode-se inferir que a responsabilidade educacional está atrelada à responsabilidade pela humanidade do ser humano, ou seja, pela unicidade e singularidade de cada ser humano em um mundo de pluralidade e diferença. Edgar Morin (2003) argumenta que compreender a complexidade do humano, no que se refere, ao papel do humano, o lugar que ocupa, de onde vem e para onde vai, é um autoconhecimento que a educação necessita oferecer para que o estudante tenha a consciência da condição humana.

Nesse caso, mostra-se a emergência de oferecer aos estudantes um ensino baseado em competências para que eles possam se colocar e interpretar o mundo ao seu redor sob uma perspectiva interdisciplinar para poder resolver os problemas que são cada vez mais complexos no mundo.

[...] a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida (Brasil, 2018, p. 15).

Pode-se deduzir então que a competência implica a mobilização de recursos “ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada componentes atitudinais, procedimentais e conceituais” (Zabala; Arnau, 2010, p. 27). Isto significa dizer que, para resolver os problemas os sujeitos precisam ter a intenção (atitudes) de solucionar, a partir dessas atitudes, precisam dominar os procedimentos e habilidades que a ação exige e, por fim, a ação deve acontecer sobre fatos e conceitos. À vista disso, para ensinar competências é preciso usar métodos de ensino que sejam consistentes para responder aos obstáculos e problemas que surgirem no cotidiano dos educandos.

Diante do exposto, ser competente significa que ao realizar uma ação, a pessoa mobiliza de forma integrada conhecimentos e atitudes, de modo eficiente, levando em conta a situação-problema em que se encontra. Pode-se dizer que o termo competência surge para superar as dicotomias do século passado, que são: memorizar e compreender; conhecimentos e habilidades; teoria e prática.

A escola não pode ser uma acumulação de saberes para estudos universitários, mas para a formação de todas as capacidades do ser humano e ainda garantir sua eficácia nos conteúdos estudados a partir da reflexão sobre a aplicação destes na prática.

O pleno desenvolvimento do ser humano na dimensão social, interpessoal, pessoal, profissional evidencia que o ser humano precisa ser, na dimensão social, competente para participar ativamente da sociedade, tornando-a um lugar melhor, democrático, inclusivo, justo e solidário. Na dimensão interpessoal o indivíduo deverá se relacionar, comunicar, aprender a viver junto, de forma individual e coletiva; desenvolver a sensibilidade diante do sofrimento do outro, cooperando em todas as atividades humanas. A dimensão pessoal exigirá a capacidade de exercer de forma crítica e responsável a autonomia, a cooperação, a criatividade e a liberdade por intermédio do conhecimento e da compreensão de si, da sociedade, do outro e do mundo, e por fim, no que cabe a dimensão profissional, conseguir a partir dos conhecimentos e habilidades específicas da profissão desempenhar a tarefa com responsabilidade.

Embora a competência não seja considerada um termo novo na esfera educacional, devido ao debate constante, acerca de sua implementação na grade curricular para não sobrecarregar e dificultar o planejamento das aulas, ainda representa um caminho indeterminado no sistema escolar (Zabala; Arnau, 2010). Além disso, docentes e a coordenação pedagógica estão refletindo sobre a melhor maneira de adaptar os currículos ou modificar em função das competências (Perrenoud, 1999).

A própria BNCC, não estabelece os conteúdos que devem ser priorizados ao longo da educação básica, apenas apresenta as dez competências gerais que devem ser desenvolvidas nesse processo e as distribui em competências específicas das áreas do conhecimento, em seus respectivos componentes curriculares (Brasil, 2018). Esse novo enfoque da BNCC, gera certo desconforto que vem junto com uma maior liberdade, por parte dos profissionais da educação, pois há algum tempo recebiam um cronograma de todos os conteúdos que deveriam ser ensinados ao longo dos anos. Atualmente, com a ênfase nas competências, fica a critério do professor os conteúdos que precisam ser ensinados, o que se tornou obrigatório é que os estudantes desenvolvam competências para lidar com situações-problemas na vida cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cultura de mercado, a educação passa a ser um fator de atratividade dos capitais e um indicador de competitividade de um sistema econômico e social, devido as estratégias globais das empresas e das organizações internacionais. Em razão disso, a escola enfrenta alterações nos currículos, projetos, e o que antes era desenvolvido no modelo de conteúdo, agora está se adequando para o modelo de competências.

Percebemos que a força persuasiva do modelo neoliberal é tão grande que faz com que as pessoas acabem tomando-o como verdade, sendo essa uma consequência da forma como ele se apresenta a sociedade, isto é, como um modelo de educação que solucionará os problemas ainda não resolvidos. Na visão neoliberal, a educação deixa de fazer parte do campo social e político para ingressar no mercado.

Os argumentos apresentados a favor do ensino de competência, em linhas gerais, justificam a necessidade de que os conhecimentos teóricos não são suficientes e que os estudantes precisam saber mobilizar esses saberes para solucionar os problemas que se deparam ao longo de suas vidas.

Argumentos contrários ao modelo de ensino baseado em competência, de modo geral, expõem que este modelo exclui competências e saberes que também são necessários para a formação de sujeitos, em especial, conhecimentos das humanidades.

A partir dessa revisão percebemos que o modelo de educação baseado em competência aparece como um elemento inovador para o processo formativo, enfatizando um ensino que prioriza a formação integral, justa e para toda a vida. É um modelo que vem sendo motivado pelas mudanças da universidade, pela pressão social sobre as aprendizagens possuir funcionalidade prática e a função social do ensino.

Uma forma simples de entender a diferença entre habilidade e competência é relacionando os termos com as perguntas o quê e como. Como foi apresentado no texto, as habilidades oferecem o que uma pessoa precisa para realizar uma atividade específica e a competência responde como essa pessoa pode realizar a atividade com sucesso ou como se comportar para obter o resultado desejado.

Em concordância com o pensamento de Nussbaum, não queremos escolher entre um modelo de educação voltado para o lucro ou para a cidadania, mas refletir sobre a necessidade de que exista uma estabilidade entre ambas as propostas, que de fato, seja efetivada nos sistemas de ensino.

A proposta de dissertar sobre as competências, não é a questão de assumir uma postura de ataque ou de defesa, mas de compreender seus fundamentos, sabendo que se corre o risco, assim como acontece com qualquer teoria, dela ser mal interpretada ou utilizada para outros fins que não seja para o qual emergiu. Entende-se que a análise da natureza e do funcionamento das competências está longe de terminar, então elas apresentam-se mais como um horizonte do que um conhecimento consolidado. Em um período de transição, agravado por uma crise da educação e conseqüentemente das finalidades da escola, o que importa é relembrar e problematizar caminhos conhecidos e trilhar alguns outros a partir dessa reflexão.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, Alvorí. O neoliberalismo e as políticas educacionais no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. **Revista Horizonte**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 125-140, 2005. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/531>. Acesso em: 20 maio 2023.
- AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais**. Transformações e desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- APPLE, Michael. **Cultural politics and education**. New York: Teachers College Press, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular: educação é a base**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 jan. 2023.
- BASSO, Jaqueline Daniela; NETO, Luiz Bezerra. As Influências do Neoliberalismo na Educação Brasileira: algumas considerações. **Revista Itinerarius Reflectionis**, Goiás, v. 10, p. 1-15, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/29044/17224>. Acesso em: 03 mar. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 mar. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 02 jun. 2023.
- CENCI, Angelo Vítório. A educação, a crise da esfera pública e o desafio da formação da vontade democrática sob a égide do neoliberalismo. **Revista Espacios em Blanco**, Argentina, n. 29, v. 2, p. 305-319, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3845/384556937008/384556937008.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.
- DEWEY, John. Meu Credo Pedagógico. In: **Pedagogia: teoria e prática**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

DUTRA, Joel Souza; FLEURY, Maria Tereza Leme; RUAS, Roberto. **Competências**: conceitos, métodos e experiências. São Paulo: Atlas, 2010.

FISCHER, André Luiz; DUTRA, Joel Souza; NAKATA, Lina Eiko; RUAS, Roberto. Absorção do conceito de competência em gestão de pessoas: a percepção dos profissionais e as orientações adotadas pelas empresas. *In*: DUTRA, Joel Souza; FLEURY, Maria Tereza Leme; RUAS, Roberto. **Competências**: Conceitos, métodos e experiências. São Paulo: Atlas, p. 31-50, 2010.

HOFFMAN, Fernando; MORAIS, Jose Luis Bolzan; ROMAGUERA, Daniel Carneiro Leão. Direitos humanos na sociedade contemporânea: neoliberalismo e (pós)modernidade. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 250-273, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rdp/a/4nH4Jcq567XjD8B56jMW7gn/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

JONNAERT, Philippe; ETTAYEBI, Moussadak; DEFISE, Rosette. **Currículo e competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 18. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1990.

MACHADO, Clarice Rosa. **Contribuições das competências lógicas para a autonomia do pensar**. 2021. 127f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens) - Universidade Franciscana, Santa Maria, 2021. Disponível em: <http://www.tede.universidadefranciscana.edu.br:8080/handle/UFN-BDTD/979>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MARTINAZZO, Celso José; BARBOSA, Manuel Gonçalves. A educação escolar em um mundo complexo e multicultural. *In*: MARTINAZZO, Celso José; BARBOSA, Manuel Gonçalves; DRESCH, Óberson Isac. **A educação escolar em um mundo complexo e multicultural**. Ijuí: Unijuí, p. 19-44, 2016.

MIGUEL, Ivan G. Silva; TOMAZETTI, Elisete M. As Competências no Sistema Educativo Contemporâneo: estratégias da governamentalidade neoliberal. **Políticas Educativas-PolEd**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Poled/article/viewFile/50932/31724>. Acesso em: 02 fev. 2023.

NUSSBAUM, Martha Craven. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TIBURI, Marcia. **Delírio do poder**: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação. Rio de Janeiro: Record, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. Gubernamentalidad y educación. **Revista Colombiana de Educación**, Colômbia, n. 65, p. 19-42, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/16033385/Gubernamentalidad_y_educaci%C3%B3n_N%C3%BAm_65_2013_. Acesso em: 1 jun. 2023.

VIGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.